



Abandono e Evasão Escolar: Identificação dos Desafios

School Dropout and Evasion: Identifying Challenges

Jussara Tavares Marques Ribeiro

Mestre em Ciências da Educação. Universidad de la Integración de las Américas – Unida. CV: <http://lattes.cnpq.br/2454060761516807>

Maria Auxiliadora de Souza Ruiz

Doutora em Ciências da Educação. Université de Versailles Saint-Quentin en Yvelines. CV: <http://lattes.cnpq.br/4628337418347907>

Resumo: Este capítulo apresenta o recorte da dissertação de mestrado para identificar os desafios no enfrentamento do abandono escolar. A educação assegurada por textos legais como um direito fundamental, enfatiza tanto o acesso como a permanência na escola, porém os enfrentamentos do sistema educacional brasileiro revela que os índices de abandono e evasão de estudantes em idade escolar são desafiadores, uma vez que esses fenômenos ligam-se a fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, impactando negativamente as instituições de ensino, as famílias e o sistema na totalidade. A metodologia da pesquisa é descritiva e interpretativa, com levantamentos bibliográficos e documentais, de abordagem qualitativa. Na análise se aplicou a técnica de análises de entrevista compreensiva e do discurso. Conclui-se que as ações direcionadas ao fortalecimento da trajetória escolar dos alunos, a busca ativa e o acompanhamento contínuo de apoio de equipe multidisciplinar são fundamentais no combate ao abandono e a evasão escolar e se mostra eficaz no resgate e reintegração de estudantes evadidos.

Palavras-chave: evasão; abandono; busca ativa; equipe multidisciplinar.

Abstract: This chapter presents a section of the master's dissertation aimed at identifying the challenges in addressing school dropout. Education, guaranteed by legal frameworks as a fundamental right, emphasizes not only access but also students' continued attendance in school. However, the challenges faced by the Brazilian educational system reveal that dropout and truancy rates among school-aged students remain critical. These phenomena are closely linked to social, cultural, political, and economic factors, which negatively impact educational institutions, families, and the system. The research methodology is descriptive and interpretative, involving bibliographic and documentary reviews, with a qualitative approach. The analysis applied the techniques of comprehensive interview and discourse analysis. The study concludes that actions aimed at strengthening students' educational trajectories, proactive student outreach, and continuous support from a multidisciplinary team are essential in combating school dropout and evasion. These strategies have proven effective in recovering and reintegrating students who have left the school system.

Keywords: dropout ; truancy; proactive outreach; multidisciplinary team.

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, fez-se um recorte da dissertação, com o tema “Cemasp Centro-Sul: desafios, elementos interferentes e estratégias no enfrentamento do

abandono escolar na Semed, Manaus-Amazonas, Brasil, 2022-2023, defendida por Ribeiro (2024) no Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidad de La Integración de Las Américas (UNIDA), no Paraguai. Para isto, levantou-se a seguinte questão principal: Quais são os desafios no enfrentamento do abandono escolar?

Nesse contexto, Ribeiro (2024) infere que o direito à educação é essencial para o progresso social, com a promoção da igualdade de oportunidades para crianças e adolescentes, no combate à pobreza para construir um futuro mais justo e inclusivo. Além do aprendizado formal, a escola deve garantir o desenvolvimento integral dos estudantes – físico, cognitivo e emocional –, formando cidadãos ativos e participativos na sociedade. Por essa via de raciocínio, a educação é, para todo indivíduo, um ambiente que assegure a liberdade de pensamento, expressa de diferentes visões. Portanto, os princípios manifestos no artigo 26, inciso II, da Declaração Universal dos Direitos Humanos norteiam a educação para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o incentivo da consciência e do respeito pelos direitos e da liberdade universal.

Na organização do estudo, a temática trata do direito à educação, como princípio da dignidade humana no combate à evasão escolar, abordando as leis educacionais e suas implicações no ensino atual, o impacto das leis na educação: estudos e evidências, o abandono escolar: um olhar sobre a realidade brasileira, o ambiente de aprendizagem e processos organizativos, os fatores de influência aos fenômenos desafiadores no ensino público, as consequências da evasão escolar e, a permanência e transformação social. Na metodologia, optou-se por uma abordagem de pesquisa descritiva e interpretativa, fundamentada em levantamentos bibliográficos e documentais, aplicando técnicas de análise da entrevista compreensiva e da análise do discurso, em colaboração com os profissionais atuantes do CEMASP. Na análise dos resultados, evidenciou a preocupação com a criação de estratégias voltadas para o fortalecimento da vida escolar dos estudantes, priorizando o processo de ensino-aprendizagem, a busca ativa e o acompanhamento de alunos em risco de evasão. E finalmente, apresentam-se as considerações finais, e as referências.

DIREITO À EDUCAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE A EVASÃO ESCOLAR E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

A educação é um direito essencial assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo ingresso e permanência, para a continuidade dos estudantes no ambiente escolar. Nesse sentido, Ribeiro (2024) salienta que múltiplos aspectos impactam a qualidade do ensino que refletem no rendimento e no estímulo dos estudantes, levando ao abandono e à evasão escolar, com consequências expressivas na vida pessoal e no contexto social.

É importante destacar que Santos *et al.* (2019) diferenciam os conceitos de abandono e evasão escolar. Para os autores, o abandono ocorre quando o aluno

deixa a escola antes de concluir o ano letivo, retornando no ano seguinte. Já a evasão se caracteriza pela saída da escola sem a conclusão do ano letivo e sem retomada dos estudos nos anos posteriores. Portanto, percebe-se que o abandono e a evasão escolar são realidades desafiadoras na rede pública de ensino, atrelados a uma série de fatores, impactando as instituições, as famílias e o sistema educacional como um todo.

Leis Educacionais e suas Implicações no Ensino Atual

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra a educação como um direito essencial, garantido pela constituição, sob o fundamento da igualdade, compreendida como um processo indispensável à plena evolução do indivíduo, intrínseco à natureza do ser. A esse respeito, a educação é um direito que contempla a todos, com responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade. Ela deve promover e incentivar com ampla participação, para o desenvolvimento pleno de cada pessoa, com o preparo para o exercício da cidadania e capacitação para o trabalho.

Nesse contexto, é pertinente ressaltar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 1990 –, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, garantindo-lhes prioridade absoluta na efetivação de políticas voltadas à educação e ao desenvolvimento pleno. Tal diretriz está em consonância com o que preconiza a Constituição Federal, ao afirmar que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa” (Brasil, 1988, art. 205, p. 123). Com base nesse pensamento, o ECA se configura como um marco legal de referência para os profissionais da educação, orientando ações que assegurem uma educação básica gratuita, universal qualificada. Nesse sentido, Cury (2017) destaca no ECA a importância do capítulo sobre educação da Constituição de 1988, incluindo princípios pedagógicos relevantes que não foram explicitamente contemplados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), instituída posteriormente pela Lei nº 9.394/96. A esse respeito, vale mencionar também a LDBEN, que estabelece a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica para crianças e jovens entre 4 e 17 anos de idade.

No Brasil, a educação básica representa uma conquista importante que restringiu, durante séculos, o acesso ao saber de forma elitista e excludente, privando grande parte da população o direito à formação sistematizada, por meio da escola. Ao abordar a educação infantil, reconhece-se que ela representa o pilar da educação básica; o ensino fundamental compõe sua estrutura central, enquanto o ensino médio representa sua etapa final. É importante que se compreenda cada uma dessas fases de maneira adequada, com uma visão integrada e abrangente da educação básica como um todo. Portanto, a educação é destinada a todos, mas para que isso ocorra, é necessário que seja dado o acesso, para reduzir as desigualdades sociais. Ademais, Freire destaca que a educação é indispensável nesse processo, embora não tenha, isoladamente, o poder de transformar a sociedade. Pois, sem ela as mudanças sociais também não acontecem. Essa perspectiva reforça a necessidade

de articulação da educação com outras dimensões da vida social, como a política, a cultura e a economia, sendo uma via de conscientização e emancipação. Portanto, o investimento nas práticas pedagógicas críticas e comprometidas com a realidade dos educandos é fundamental para construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Impacto das Leis na Educação: Estudos e Evidências

De acordo com os levantamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC), os números do Censo Escolar de 2022 indicam que o Brasil alcançou o maior patamar de matrículas na educação básica desde 2019, totalizando 47,4 milhões de estudantes registrados. Contudo, esse avanço é ocultado por um assustador número de evasão escolar, com mais de um milhão de crianças e adolescentes, com idades entre 4 e 17 anos, desconectados do espaço educativo. Na rede pública de ensino, os dados revelam que 4,2% dos estudantes não alcançaram aprovação e 0,5% deixaram de frequentar a escola, evidenciando obstáculos ainda presentes para assegurar tanto o acesso quanto a permanência dos alunos no sistema educacional.

Importa destacar que uma parcela significativa dessa população sequer alcançou o ensino médio, representando mais da metade dos adultos no país. Além disso, os índices de abandono escolar são especialmente altos entre os jovens a partir dos 16 anos, cujos percentuais oscilam entre 15,3% e 19,3%. No grupo de adolescentes com 14 anos, o índice de abandono escolar chega a 7,6%, enquanto entre os jovens com até 13 anos, a média é de 7,2%. Vale ressaltar que a região Norte apresenta o maior índice nessa faixa etária, atingindo 9,0%. Ao questionar sobre as razões do abandono ou da falta de ingresso à escola, a principal justificativa foi a necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento familiar. Os índices de entrada escolar na idade apropriada para cada etapa de ensino – conhecidos como taxas líquidas de matrícula –, revelam uma redução considerável à medida que a idade dos estudantes avança. Para crianças entre 6 e 14 anos, a taxa de matrículas atinge 95,2%. Já entre os estudantes de 11 a 14 anos, o índice reduz para 89,5%. Quando se observa a faixa de 15 a 17 anos, 75,2% dos adolescentes se encontram regularmente matriculados. No nível superior, somente 25% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados.

No estado do Amazonas, a taxa de escolarização para crianças de 6 a 14 anos é de 94,2%. Entre os jovens de 11 a 14 anos, esse índice diminui para 85,6%. Na faixa etária de 15 a 17 anos, a porcentagem é de 69,4% e, no ensino superior, apenas 18,9% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam a universidade. Essas informações mostram claramente que o atraso nos estudos e a evasão escolar crescem conforme os alunos avançam em idade. Do mesmo modo, a etapa inicial do Censo Escolar de 2023 apresentou dados relevantes sobre a situação da educação básica no país. O número total de matrículas confirmadas foi de 47,3 milhões. Em relação ao ano de 2022, observou-se, contudo, uma leve queda de 0,16% nas matrículas da rede pública, ao passo que a rede privada teve um crescimento de 4,7%.

Portanto, as estatísticas indicaram que o ensino médio apresentou os maiores índices de evasão e reprovação escolar, com taxas de 5,9% e 3,9%, respectivamente. Por outro lado, ao considerar as particularidades do cenário educacional, o ensino fundamental se destaca como a etapa mais abrangente da educação básica, reunindo 26,1 milhões de alunos. Na etapa dos anos iniciais, a rede municipal atende cerca de 10 milhões de estudantes, o que corresponde a 69,5% do total de matrículas. Já nos anos finais do ensino fundamental, os 11,6 milhões de alunos se distribuem entre a rede municipal, que responde por 44% das matrículas, e a rede estadual, que concentra 39,5%. A evasão escolar no ensino fundamental ficou em torno de 3%, e no ensino médio o percentual foi o dobro, alcançando cerca de 6%.

Por isso, é fundamental compreender as causas que levam ao abandono escolar, a fim de detectar o problema e propor intervenções eficazes para resolução da situação. No contexto do progresso do país, é possível perceber diversas mudanças nas esferas política, econômica, cultural e, principalmente, educacional, as quais, frequentemente, impactam a relação entre o grau de instrução e a chance de inserção no mercado de trabalho. A esse respeito, cabe salientar que a garantia de permanência dos estudantes na escola até o término da educação básica se configura, ainda, como um dos principais obstáculos de enfrentamento pela educação no Brasil, marcado por causas diversas e importantes consequências relacionadas à interrupção dos estudos. Por seu turno, Ribeiro (2024, p. 25) comenta que:

No contexto do desenvolvimento do país, observam-se muitas transformações nas áreas política, econômica, cultural e, especialmente, educacional, influenciando, muitas vezes, o nível de escolaridade diretamente à empregabilidade dos indivíduos.

Não obstante, tratar-se de áreas que são pontos focais de influência no abandono e na evasão escolar, sugerindo a intensificação dos enfrentamentos pelos pesquisadores da área educacional e dos órgãos governamentais. Cabe a estes últimos tratarem com responsabilidade e seriedade as implicações das políticas públicas voltadas à educação. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender as distinções entre os termos abandono e evasão escolar no contexto da educação brasileira. Nesse sentido, Silva Filho e Lima Araújo (2017) destacam que a variedade de definições atribuídas aos conceitos de abandono e evasão escolar dificulta a quantificação precisa dos casos, o que compromete a compreensão das causas e princípios envolvidos, além de tornar mais complexa a formulação. Ainda que muitas vezes tratados como equivalentes, os dois conceitos possuem distinções importantes, resultando em interpretações variadas e imprecisões conceituais.

Abandono Escolar: Um Olhar sobre a Realidade Brasileira

Conforme esclarece o Inep (1998), os termos abandono e evasão escolar possuem definições técnicas distintas: o abandono se refere à situação em que o estudante interrompe os estudos em determinado ano letivo, retomando, porém, a escolarização posteriormente; já a evasão se caracteriza pela saída do aluno da escola sem retorno ao sistema educacional. Portanto, o abandono e a

evasão escolar se configuram em desafios educacionais e sociais, por se tratar de fenômenos multifacetados que impactam negativamente na escola, na sociedade e na vida dos alunos. A abrangência do conceito de abandono escolar se liga à variedade de interpretações possíveis, sem atribuir a uma causa única. Trata-se de um fenômeno com raízes históricas, influenciado por múltiplos fatores, internos e externos ao ambiente escolar, exigindo uma análise contextualizada em diferentes realidades.

Nessa linha de raciocínio, Silva Filho e Lima Araújo (2017) ressaltam os enfrentamentos dos estudiosos ao identificar, antecipar ou agir de forma eficaz no fenômeno do abandono e da evasão escolar. De acordo com os autores, essa complexidade exige a criação de políticas públicas eficientes para diminuir o índice de abandono escolar. Assinale-se que de acordo com os dados do Inep (2018), o abandono escolar se confirma com a interrupção da frequência do aluno na escola antes de concluir o ano letivo, mesmo podendo retornar no ano seguinte.

Ao apontar como se dá a evasão, a continuidade do problema de permanência dos estudantes na educação é notória. Isto sugere uma compreensão para além das causas do abandono, com abrangência dos fatores que levam à reprovação, visto que são situações negativas impactantes na continuidade dos estudos com altas taxas de evasão. Ademais, um aluno pode evadir sem ter abandonado uma série previamente, assim como pode abandonar a mesma série por vários anos consecutivos sem evadir. Assim, é possível que um estudante jamais tenha abandonado uma determinada série, mas ainda assim esteja em situação de evasão; da mesma maneira, um aluno pode deixar de frequentar a mesma série em anos seguidos sem que isso caracterize evasão propriamente dita.

Em suas pesquisas sobre a evasão na educação profissional, Pelissari (2012) opta por utilizar o termo “abandono”, relacionado a uma variedade de fenômenos que contribuem para o desligamento do aluno da instituição de ensino. A esse respeito, o termo “abandono” pelo autor evidencia a complexidade do fenômeno da saída precoce dos estudantes do ambiente escolar, especialmente na educação profissional. Diversas pesquisas tratam sobre abandono e evasão como fenômenos interligados, mas essa relação nem sempre é direta. Para a compreensão dos movimentos favoráveis à diminuição desses índices, é fundamental distinguir os fatores que alimentam essa realidade. Apenas com esse entendimento será viável a sugestão de estratégias para o combate e a diminuição dos percentuais de abandono.

Por sua vez, Silva Filho e Lima Araújo (2017) destacam que diversas situações – sejam elas internas ou externas ao ambiente escolar –, contribuem para que os estudantes deixem de frequentar a escola. Entre essas principais causas, destacam-se o envolvimento com entorpecentes, o tempo excessivo dentro do colégio, as repetidas reprovações, a ausência de apoio familiar e escolar, a necessidade de contribuir no orçamento familiar, a sobrecarga de conteúdos, o uso de álcool, a área em que a escola está situada, práticas depredativas, a falta de formação ética e a ausência de preparação para o mercado de trabalho — elementos que influenciam diretamente a decisão de permanecer ou abandonar os estudos.

Ambiente de Aprendizagem e Processos Organizativos

A instituição de ensino que incorpora saberes atualizados e atua de forma interativa, estimula o raciocínio crítico, a elaboração de questionamentos, o debate e a construção de posicionamentos pessoais. No entanto, a ausência desses elementos – somados a uma estrutura física inapropriada nas escolas –, impacta negativamente na motivação dos estudantes, desestimulando-os a permanecerem nesse espaço. Para acompanhar o desenvolvimento educativo, é fundamental na escola uma sala de aula transformada em um ambiente acolhedor. Nesse sentido, Gasparin (2005) destaca a importância de construir um espaço favorável ao aprendizado, capaz de estimular nos estudantes o entendimento da conexão entre os conteúdos escolares e a realidade, considerando suas peculiaridades, incitações e relevâncias.

Nessa perspectiva, Libâneo, Oliveira e Toschi (2009) afirmam que a escola um espaço de produção do conhecimento científico e de aplicação prática de ações educativas se configura como uma instituição voltada à formação humana, com metas, resultados e processos próprios, que se complementam mutuamente. À vista disso, destaca-se a natureza complexa e essencial da escola como espaço formador, definindo-a como uma organização com objetivos próprios, voltada à construção do conhecimento científico aliado à prática pedagógica. Pois, acredita-se que é responsabilidade da escola como ambiente de ensino e como agente ativo na formação integral dos sujeitos. Diz-se de outro modo que esse contexto evidencia o favorecimento da proximidade do aluno com o ambiente escolar, colocando-o como sujeito ativo e central no desenvolvimento de sua própria aprendizagem.

Fatores de Influência aos Fenômenos Desafiadores no Ensino Público

O cenário do ensino público no Brasil é marcado por uma série de desafios que comprometem a qualidade e a efetividade do processo educativo, dentre eles, a evasão escolar, o baixo rendimento acadêmico, a carência de recursos didáticos e estruturais e, a desmotivação de professores e alunos, são influenciados por múltiplos fatores. Tais enfrentamentos advêm das questões socioeconômicas, políticas públicas insuficientes, ausência de formação docente e a inexistência de práticas pedagógicas inovadoras. A compreensão dessas influências é essencial para a elaboração de estratégias que promovam a melhoria da aprendizagem e a construção de uma educação pública mais equitativa, inclusiva e transformadora.

De tal sorte, Guimarães e Lima (2018) evidenciam, em seus estudos sobre o abandono escolar no nível médio, de que a falta de frequência dos alunos está ligada a uma combinação de aspectos pessoais, sociais, institucionais e contextuais da realidade de cada região. Pois, o agravamento do problema da evasão influencia uma série de elementos como: conflitos familiares; carência de políticas públicas efetivas; situação de desemprego; falta de condições adequadas de moradia; barreiras no processo de aprendizagem; desafios emocionais próprios da adolescência; envolvimento com drogas e, exposição à violência, entre outros

aspectos. Além disso, ausência frequente se configura quando o aluno para de frequentar às aulas com regularidade, comprometendo o percentual necessário de presença para consumir o ano letivo.

Conforme estabelece a LDBEN (1996), no artigo 12, incisos VII e VIII, as instituições de ensino têm a responsabilidade de comunicar aos pais ou responsáveis sobre a assiduidade dos alunos, além de repassar ao poder público a lista daqueles que ultrapassarem 50% do limite de faltas estabelecido na lei. Cabe salientar que, no capítulo II, artigo 24, inciso VI da LDBEN, se determina que cabe à escola a responsabilidade pelo controle da frequência dos alunos, uma vez que, de acordo com seu regimento interno e as diretrizes do sistema de ensino ao qual está vinculada., cabe mencionar também que a legislação estabelece o cumprimento mínimo de 75% da carga horária total do ano letivo, para a aprovação do estudante. A escola deve empregar todos os recursos disponíveis para assegurar a permanência dos estudantes na instituição de ensino.

Como reforço às reflexões, cabe mencionar a criação do Grêmio Estudantil que, por meio de torneios esportivos e atividades culturais, constitui uma iniciativa articulada com as práticas desenvolvidas em sala de aula. A implementação de políticas públicas permanentes voltadas ao investimento na educação é fundamental para a oportunidade de emprego, inclusão social e estímulo à continuidade da formação e o reconhecimento da carreira docente. De tal sorte, é indispensável a implementação de programas sociais pelo poder público, para assegurar o atendimento às necessidades fundamentais de crianças e adolescentes em fase escolar para que esses sejam reconhecidos como cidadãos de direitos, com garantia ao exercício pleno da cidadania. Contribuir para que o aluno continue frequentando a escola representa um dos principais obstáculos enfrentados pela educação no Brasil, uma vez que o abandono escolar gera uma série de consequências, como a evasão e a defasagem entre idade e série.

Consequências da Evasão Escolar

A evasão escolar impacta diretamente no desenvolvimento social, econômico e pessoal dos indivíduos como fenômeno preocupante no cenário educacional brasileiro. O estudante ao abandonar a escola antes da conclusão da educação básica, interrompe seu processo formativo e passa a enfrentar maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, além de limitações em sua participação cidadã. Como se observa, essa ruptura afeta não só o aluno como também compromete os esforços institucionais e as políticas públicas inclusivas e ao direito à educação. Em que pese a compreensão das consequências da evasão escolar é essencial para traçar estratégias eficazes de enfrentamento e promoção da permanência estudantil.

Nessa ordem de preocupação, as análises do INEP (2018), referente a evasão escolar reporta à ausência do estudante na escola entre um ano letivo e outro, independentemente do motivo. Esse fenômeno contribui para um contingente expressivo de alunos que não conseguem dar continuidade à sua trajetória acadêmica. Tipifica-se, portanto, pela interrupção do vínculo com a instituição de

ensino, uma vez que não há renovação da matrícula nem intenção de retorno por parte do estudante. O abandono escolar descrito entre os mais complexos obstáculos enfrentados pelas redes públicas de ensino no país.

Nessa seara de compreensão, situações de vulnerabilidade social resultam em crianças, adolescentes e famílias com comportamento mais passivo e elevado nível de dependência, afetando de forma significativa a autoestima. Diversos fatores afastam o estudante da escola, e as repercussões desse afastamento são numerosas. Diversos pesquisadores dedicados ao estudo da evasão escolar, apontam que esse fenômeno está relacionado a fatores sociais, familiares, culturais, econômicos e estruturais, os quais ajudam a compreender os elevados índices de abandono escolar observados atualmente. Importa destacar se reduziria o índice de evasão escolar, com a possibilidade de uma maior aproximação entre a família e a escola, manifestando interesse dos responsáveis pelo aprendizado do estudante.

A esse respeito, o estudo convida a repensar o papel da escola diante das desigualdades sociais que atravessam o percurso educacional de muitos estudantes. Nesse sentido, a responsabilização exclusiva do aluno e sua família pelo abandono ou baixo desempenho escolar, naturaliza a exclusão e invisibiliza a função social da escola como promotora de equidade. Portanto, Silva Filho e Lima Araújo (2017) enfatizam que o envolvimento da família é fundamental, especialmente quando o estudante manifesta a intenção de abandonar a escola antes de concluir seus estudos, uma vez que a instituição de ensino representa, para grande parte desses alunos, sua principal fonte de acesso ao conhecimento, considerando o contexto social em que estão inseridos. Portanto, a falta de apoio familiar ou a desconexão entre escola e família pode agravar ainda mais a vulnerabilidade do aluno, comprometendo suas chances de concluir a educação formal. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem colaborativa entre escola e família para garantir que esses estudantes permaneçam no ambiente de ensino, superando as dificuldades sociais e pessoais que possam enfrentarem.

O artigo 205 da Constituição Federal (1988) determina que a educação é um direito universal e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família, promovida e apoiada pela sociedade. Seu objetivo é assegurar o desenvolvimento integral do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho. A fecundidade desse dispositivo constitucional reforça a centralidade da educação como um pilar essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. A atribuição de responsabilidade ao Estado, à família e à sociedade estabelece que a educação evidencia a importância de ações colaborativas entre escola, família e comunidade – como uma tarefa coletiva, com atuação de todos os agentes sociais de forma integrada e comprometida –, favorecendo o desenvolvimento pleno dos estudantes, sua formação cidadã e sua preparação profissional. Além disso, destaca a necessidade de políticas públicas eficazes e de práticas pedagógicas inclusivas que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso escolar para todos, especialmente os mais vulneráveis.

Permanência e Transformação Social

A educação exerce um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Nesse contexto, a garantia da permanência dos estudantes na escola vai muito além de uma exigência legal: trata-se de assegurar oportunidades reais de transformação social. Além disso, acrescenta-se que a permanência escolar está diretamente relacionada à capacidade da instituição de ensino em oferecer condições que favoreçam o envolvimento, o pertencimento e o protagonismo dos alunos. Quando esse processo é efetivo, possibilita o acesso ao conhecimento e a ruptura dos ciclos de exclusão social, criando possibilidades de vida. Assim, a discussão sobre permanência escolar se traduz na reflexão sobre os caminhos da transformação social por meio da educação.

Agarra-se aos ditames do seu contexto, o desenvolvimento de estratégias eficazes que assegurem a continuidade dos estudantes na escola, pois a instituição de ensino não deve se eximir de seu papel diante dos elevados índices de abandono escolar. Portanto, Neri (2019) aponta três fatores centrais para a evasão escolar. O primeiro diz respeito à falta de familiaridade dos diretores das unidades educacionais com as políticas públicas, comprometendo a oferta adequada de serviços voltados à educação. Pois, as limitações financeiras e a dificuldade de acesso ao crédito comprometem a possibilidade de que essas pessoas usufruam dos benefícios da educação ao longo do tempo.

Em suas pesquisas, Silva (2009) aponta que as principais razões para a evasão escolar podem ser agrupadas em três grandes áreas. A primeira diz respeito aos fatores socioeconômicos, como as condições de moradia, a situação de emprego ou desemprego dos responsáveis, a renda familiar, o envolvimento precoce de crianças e adolescentes com o trabalho, além da distância entre a residência e a escola. A segunda categoria engloba aspectos socioculturais, que incluem o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis, o tempo que a família dedica à formação cultural dos filhos, os hábitos de leitura em casa, experiências como viagens, acesso a tecnologias, ausência de espaços de lazer e convivência, bem como as expectativas familiares quanto aos estudos e ao futuro educacional dos estudantes. A terceira área trata do financiamento público adequado, envolvendo a previsão e a execução eficiente de recursos, o uso ético desses recursos e a garantia de transparência na gestão financeira e administrativa.

Ademais, Silva (2009) destaca a relevância do engajamento dos gestores públicos no fortalecimento da formação dos professores e demais atuantes da educação. Isso envolve a oferta de concursos públicos para efetivação, garantia de oportunidades de capacitação permanente, valorização da carreira docente e infraestrutura, além de condições apropriadas para o exercício da prática educativa. Como reforço às análises, a ampliação do número de matrículas não é suficiente, sendo assim, é fundamental repensar a função do sistema educacional, das instituições escolares e da estrutura pedagógica, buscando estratégias eficazes para garantir que os alunos permaneçam na escola ao longo de sua trajetória acadêmica.

Por seu turno, Branco *et al.* (2000) defendem a necessidade de uma atuação articulada e comprometida dos poderes públicos, por meio de políticas que assegurem não apenas o ingresso e a permanência dos estudantes na escola, mas que também favoreçam o trabalho de gestores e educadores na construção de práticas pedagógicas mais eficazes. Conforme se sublinha, uma abordagem integrada entre os poderes públicos, visando condições adequadas para o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem, denota políticas educacionais que assegurem uma formação de qualidade, permitindo que educadores e gestores aprimorem suas práticas pedagógicas, o que é essencial para a promoção de uma educação inclusiva e responsável.

Em face do que já se colocou, Branco *et al.* (2000) afirmam que o fortalecimento da rede de proteção à Criança e ao Adolescente, em colaboração com o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar e a Assistência Social, deve trabalhar de maneira interligada com as instituições de ensino para assegurar os direitos dos aprendentes. Para reforçar, compreende-se que o fortalecimento dessa rede de proteção não só assegura o acesso à educação, como contribui para a permanência do aluno na escola, criando um ambiente de suporte integrado que visa ao bem-estar e desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Assim, o trabalho de forma conjunta entre esses órgãos mitiga as dificuldades que contribuem para a evasão escolar e outros fatores que comprometem a educação. Contudo, essas medidas têm o objetivo de garantir um crescimento equilibrado, tanto físico quanto psicológico e emocional, para os alunos. Em outras palavras, a evasão escolar representa um grande desafio para as instituições de ensino, as famílias e os sistemas educacionais. Por seu turno, Torres (2025, p. 33-34) comenta que:

O ensino embasado no tradicionalismo, traz um currículo convertido em propostas inflexíveis e homogêneas que excluem a realidade da diversidade existente em um contexto escolar, por isso, é comum o insucesso acadêmico refletido na evasão, repetência, abandono e fracasso, realidade esta que aponta urgente para uma mudança no sentido de atender o alunado como um todo.

Para enfrentá-la, é necessário a melhoria da infraestrutura das escolas, proporcionar condições de trabalho adequadas aos professores, fomentar a comunicação com as famílias, otimizar os ambientes escolares e as práticas pedagógicas, incentivar a participação dos alunos em ações integrativas e nas reuniões escolares, além de assegurar que os governos atendam às necessidades e características específicas dos estudantes. Dentro dessa perspectiva, a saída precoce da escola representa a negação de um direito essencial dos estudantes conduzindo-os à exclusão social. Dessa forma, é essencial que todos os envolvidos no processo educacional se empenhem para garantir que os alunos permaneçam na escola e tenham êxito na trajetória acadêmica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de enfoque qualitativo de abordagem descritiva e interpretativa, com levantamentos bibliográficos e documentais e uso da técnica de análises de entrevista compreensiva e do discurso. Segundo a análise de Gil (2024), os estudos de natureza descritiva têm como objetivo identificar, registrar e examinar fatos ou fenômenos que apresentam variações, buscando comparar suas características, efeitos e influências. Sobre esse ponto, os estudos descritivos são fundamentais para a área da educação, pois permitem a compreensão precisa frente as dinâmicas presentes no ambiente escolar. Assim, a mediação docente e a atuação dos gestores podem ser mais assertivas, pois se apoiam em dados concretos e reflexões contextualizadas.

Nessa proposta, a abordagem qualitativa adotada nos estudos de Sampieri *et al.* (2013) permitiu uma análise minuciosa e aprofundada dos dados, favorecendo uma compreensão mais ampla e detalhada dos fenômenos investigados. Essa metodologia possibilita captar as informações dentro do contexto vivenciado pelos participantes, considerando suas experiências particulares e singulares, além de oferecer uma visão renovada e mais completa das situações observadas. Visto que esse método flexível, possibilita modificações ao longo da investigação à medida que surgem novos dados.

Nessa acepção, a abordagem se mostra adequada para o desenvolvimento da pesquisa, permitindo uma compreensão mais abrangente do objeto em análise, bem como das interações entre os aspectos sociais, políticos e culturais envolvidos. A técnica de entrevista compreensiva seguiu a perspectiva teórico-metodológica desenvolvida pelo sociólogo Jean-Claude Kaufmann (2013). explora o tema por meio de narrativas construídas a partir da interação subjetiva entre o pesquisador e o entrevistado. Ao aprimorar os aspectos anteriores, compreende-se que a construção do conhecimento, surge da interpretação aprofundada dos relatos obtidos nas entrevistas, articulando-se também com elementos da etnografia.

Certamente que a escolha da entrevista compreensiva como técnica de pesquisa revela uma valorização do olhar subjetivo e do contexto vivido pelos participantes. Conforme se sublinha, a intersubjetividade entre pesquisador e entrevistado, permite acessar sentidos mais profundos e particulares da realidade estudada, contribuindo para uma análise rica e sensível aos aspectos humanos e sociais envolvidos.

Nos estudos de Kaufmann (2013), a entrevista compreensiva rompe com a concepção tradicional de que o pesquisador é o único portador do saber. Nesse método, o pesquisador assume uma atitude de escuta atenta e respeitosa, valorizando a história e a vivência do entrevistado sem críticas. Essa escuta, no entanto, demanda sensibilidade para captar nuances e significados implícitos, percebendo o que não é verbalizado diretamente. Além disso, durante a conversa, é possível o ajustamento do roteiro da entrevista pelo pesquisador, mediante reorganização com retiradas ou acréscimo de perguntas, em conformidade com o andamento e a profundidade do diálogo.

Pois, Kaufmann (2013) comenta que “são nas situações de maior intensidade, mas notadamente de maior naturalidade, na interação em campo, que se revelam as camadas mais profundas da verdade.” Com base nesse pensamento, se destaca que, na análise da entrevista compreensiva, o pesquisador examina a complexidade do contexto estudado e estabelece conexões significativas entre os dados coletados e os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa. Importa destacar que a análise do discurso é uma metodologia de pesquisa que investiga as mensagens — orais, escritas ou gestuais — levando em conta o contexto em que são produzidas, pois é nesse cenário que elas adquirem significado.

Nessa perspectiva, Orlandi (2009) enfatiza que uma formação discursiva intervém no discurso, ou seja, por um conjunto de fatores sociais, históricos e culturais que condicionam tanto sua produção quanto sua interpretação. Assim, o sentido das palavras varia conforme as posições e experiências de quem as utiliza. Para a realização da pesquisa, definiu-se como participantes os profissionais que compõem a equipe multiprofissional do CEMASP do Polo Centro-Sul. Colaboraram com a entrevista, sete elementos, sendo 3 psicólogas, 1 assistente social e 3 psicopedagogas., dentro do universo de 14 profissionais com formação na área de pedagogia, assistência social, psicologia, psicopedagogia e fonoaudiologia.

Com o objetivo de resguardar o sigilo das informações fornecidas pelos participantes da pesquisa, se adotou categorias específicas de identificação, a saber: (ASSES.1), (ASSES.2), (ASSES.3), (ASSES.4), (ASSES.5), (ASSES.6), (ASSES.7). Visto que essa estratégia assegurou o anonimato dos envolvidos e permitiu a transcrição integral de seus relatos.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Uma das atividades desempenhadas pelo CEMASP consiste na realização de visitas domiciliares, durante as quais a equipe multiprofissional se desloca até a casa do aluno com o intuito de apurar os motivos de sua ausência escolar. Entretanto, em diversas ocasiões, as visitas são frustradas, pois os endereços informados apresentam inconsistências ou a família do aluno mudou de residência sem comunicar a nova localização. Mediante questionamento, os colaboradores do CEMASP Centro-Sul durante entrevista sobre o combate ao abandono à evasão escolar apontam inúmeros enfrentamentos, dentre as quais, a não localização da residência do evadido, pois, conforme resposta de (ASSES.1), se tem endereços desatualizados, área vulnerável e de acesso dificultoso por ser considerado área vermelha. Para o entrevistado (ASSES.7), no retorno para a escola, esse aluno em potencial abandono não é devidamente acolhido.

A esse respeito, Passos *et al.* (2023) destacam que reconhecer os estudantes com baixa frequência é apenas uma etapa inicial no enfrentamento da evasão escolar. De fato, essa ação isolada não resolve o problema, sendo necessário ir além e desenvolver estratégias de implementação de um plano educacional adaptado para o acolhimento e reintegração efetiva do aprendente ao ambiente escolar. A

resposta do entrevistado (ASSES.7) aponta que a ausência do envolvimento da família compromete diretamente o desenvolvimento das ações de planejamento pedagógico necessárias no ambiente escolar. Sobre esse ponto, a ausência de apoio da família, diante das dificuldades com conteúdo escolares afasta a criança da escola. De acordo com a resposta de (ASSES.2), se ressaltou a negligência que pode manifestar-se em diferentes níveis de gravidade, com classificação leve, moderada ou intensa.

Por seu turno, Caminha (1999) descreve que a negligência leve ocorre quando a criança está inserida em um ambiente desestruturado, sem rotina definida para cuidados básicos como alimentação e higiene. Nessa perspectiva, a ausência de atenção e organização se intensifica com o tempo, aumentando gradativamente os riscos à saúde e ao bem-estar da criança. Em tal perspectiva, se evidencia como situações aparentemente brandas de negligência com evolução e comprometimento significativo do desenvolvimento do indivíduo, sendo assim, a falta de organização no ambiente familiar, demonstra um padrão de desamparo que se agrava com o tempo.

Ademais, percebe-se que o envolvimento da família é fundamental para o bom desempenho educacional do aluno. Contudo, em situações de negligência familiar, aumentam as possibilidades de abandono escolar, uma vez que falta alguém que acompanhe e incentive o processo de aprendizagem. Assim, o valor que a família atribui à educação e seu comprometimento com a trajetória educacional do discente impactam diretamente no nível de engajamento das atividades escolares, concorrendo para a diminuição dos índices de evasão e abandono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a relevância da atuação de equipe multiprofissional compostas por pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais e fonoaudiólogos, diante do enfrentamento dos desafios psicossociais e cognitivos que fazem parte da rotina das instituições escolares. A presença desses especialistas é fundamental para enfrentar a complexidade dos desafios relacionados ao abandono e à evasão escolar, uma vez que esses problemas estão ligados a questões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Nesse contexto, a iniciativa da Semed-Manaus, ao instituir os Centros de Atendimento, tem se mostrado eficaz no suporte aos docentes promovendo melhores condições de permanência e aprendizagem para os estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, as ações adotadas, como a busca ativa e o acompanhamento contínuo dos discentes, contribui para a redução dos índices de abandono escolar nas unidades atendidas pelo CEMASP Centro-Sul. Com efeito, o apoio direcionado aos professores e às famílias, por meio de uma atuação conjunta é fundamental para o enfrentamento das dificuldades cognitivas e comportamentais apresentadas pelos alunos. As ações implementadas contribuem de forma significativa para a melhoria dos resultados educacionais, especialmente

por meio dos encaminhamentos realizados pelo SIGEAM e das visitas domiciliares promovidas pela FICAI. Nesse contexto, a pesquisa reforça tanto a importância quanto a efetividade das equipes multiprofissionais na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, assegurando os direitos legais de crianças e adolescentes.

A investigação evidenciou a preocupação com a criação de estratégias voltadas para o fortalecimento da vida escolar dos estudantes, priorizando o processo de ensino-aprendizagem, a busca ativa e o acompanhamento de alunos em risco de evasão. Essas medidas apresentam bons resultados, diante da redução do abandono escolar nas unidades atendidas pelo CEMASP Centro-Sul. Nesse sentido, o trabalho de psicólogos e psicopedagogos tem sido essencial para lidar com os desafios cognitivos e comportamentais dos estudantes, enquanto as famílias recebem o suporte necessário por meio de uma rede integrada de atendimento.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Emerson Pereira. GISELE, Adriano. BRANCO, Alessandra Batista de Godoi IWASSE. Lilian Fávoro Alegrânio. **Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica**. Revista Contemporânea de Educação, v. 15, n. 33, mai/ago. 2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Resumo Técnico da Educação Básica 2023 (Versão Preliminar)**. Brasília-DF Inep/MEC, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em: 10 de mar de 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – **LDB Nº 9.394/1996**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**.

CAMINHA, R.M. **A violência e seus danos à criança e adolescente**. Porto Alegre: Amencar, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Vinte Anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Jornal de Políticas Educacionais, [S.I.], v. 10, n. 20, jun. 2017. ISSN 1981-1969.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2014.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A Entrevista Compreensiva: Um Guia para a Pesquisa de Campo**. São Paulo: Vozes, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NERI, Marcelo. Cortez. **Motivos da evasão escolar**. Brasília: Fundação Getúlio Vargas. 2019.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5 ed. Campinas, São Paulo: Pontes. 2009.

PASSOS, Nasson Nascimento dos. CABRAL, Glória Cristina Fialho. SILVA, Maria da Conceição Farias da. LEITE, Edilane Monteiro. TEIXEIRA, Wagner Barros. **Alunos infrequentes: relatos de experiências da equipe multiprofissional do CEMASP sobre os diversos fatores influenciadores da ausência escolar**. Congresso Nacional de Educação/CONEDU, 2023.

PELISSARI, L. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. Dissertação (Mestrado em educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2012 Guimarães e Lima (2018).

PNAD. **Nacional por Amostras de Domicílios**. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html_informativo.pdf Acesso em: 26 mar.2024.

RIBEIRO, Jussara Tavares Marques. **CEMASP Centro-sul: desafios, elementos interferentes e estratégias no enfrentamento do abandono escolar na Semed, Manaus-amazonas, Brasil, 2022-2023**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universidad de la Integración de las Américas, 2024.

SANTOS, Gilberto Lima dos; DAZZANI, Maria Virgínia Machado; ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale. **Narrativas de familiares sobre as dificuldades no processo de escolarização**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 23, dez. 2019.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. Educação Por Escrito. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan. /jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.2452>. Acesso em: 27 de abril de 2024.

SILVA, Maria Abadia da. **Qualidade social da educação pública: algumas aproximações**. Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

TORRES, Ranna Priscila da Silva. **Perspectivas e aplicações das atividades lúdicas nas aulas de ciências aos estudantes com transtorno do espectro autista em uma escola pública, Manaus – AM, Brasil, 2023-2024**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universidad de la Integración de las Américas, 2025.